

A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EM ALAGOAS: perspectivas anunciadas para o trabalho docente

Javan Sami Araújo dos Santos
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
javansami@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo constitui-se como um estudo que tem como objetivo a construção de uma possível leitura da oferta de educação escolar para jovens e adultos no estado de Alagoas. Orienta-se, ainda, para a leitura do papel desempenhado pelo poder local, entendido como esfera pública estatal, na articulação destas políticas direcionadas a Educação de jovens e Adultos (EJA). Com fins de análise, o estudo se reporta aos dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação de Alagoas (SEE/AL), que permitiram um olhar analítico estruturado a partir dos seguintes eixos: origem da demanda por educação escolar de jovens e adultos; proposta pedagógica desenvolvida; e trabalho docente. Conclusivamente, aponta-se que a EJA como política pública se configura como possibilidade e condição para a legitimação dos direitos sociais e exercício da cidadania daqueles que historicamente viveram às margens do acesso à instituição escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas, Trabalho Docente.

INTRODUÇÃO

Na última década do século XX se configurou no campo educacional uma multiplicidade de discursos públicos orientados pela perspectiva de documentos oficiais que afirmavam o direito universal à educação escolarizada. Percebe-se que atualmente tais discursos foram confirmados e na realidade, reorientados de acordo com uma concepção ampliada sobre os processos formativos que devem ser garantidos e desenvolvidos nesses espaços escolares.

Especificamente no campo da Educação de Jovens e Adultos, a compreensão dos processos educativos tem acompanhado esse movimento de superação das práticas meramente alfabetizadoras que foram, de fato, consubstanciadas no período de 1960 a 1980. Destarte, a formação desses sujeitos precisa ser desenvolvida, buscando caminhar de acordo com uma compreensão ampliada, conforme a V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo (Alemanha), esclarece:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas cujo entorno social considera adultos desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teórico e baseados na prática (Artigo 3o. da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, 1997, p. 7).

Considerando os déficits históricos na sociedade brasileira em termos de acesso à instituição escolar por populações que estiveram historicamente sempre às margens, em meio a uma realidade de pobreza e miséria, a ampliação do direito à escola, em qualquer momento temporal da vida desses sujeitos, se configura como possibilidade e condição para a legitimação dos direitos sociais e exercício da cidadania.

Esses sujeitos, que vivenciaram as mais diversas circunstâncias, e cujas trajetórias escolares têm sido ínfimas e descontínuas desde a constituição do espaço escolar como instituição pública e laica, têm a possibilidade de encontrar, nas práticas educativas, espaços públicos que se configuram como uma oportunidade não apenas de formação, mas de pertencimento social.

A partir da realidade descrita, o presente texto constitui-se como um estudo que tem como objetivo a construção de uma possível leitura da oferta de educação escolar para jovens e adultos no estado de Alagoas. Cabe esclarecer que a EJA é analisada, aqui, a partir de um prisma que compreende as suas práticas como possibilitadoras de processos de letramento para tais sujeitos excluídos socialmente.

METODOLOGIA

O artigo orienta-se, ainda, para a leitura do papel desempenhado pelo poder local, entendido como esfera pública estatal, na articulação destas políticas educativas direcionadas a jovens e adultos. Pretende-se observar a função desempenhada pela instituição escolar na educação de jovens e adultos, tendo um olhar específico para as questões concernentes ao trabalho docente, inclusive no que se refere ao investimento de políticas formativas desses profissionais.

Com fins de análise, o estudo se reporta aos dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação de Alagoas (SEE/AL) no que diz respeito a Educação de Jovens e Adulto. Recorreu-se ao levantamento de dados, estruturado basicamente a partir dos seguintes eixos: origem da demanda por educação escolar de jovens e adultos; proposta pedagógica desenvolvida; e trabalho e formação docente.

Assim, o esforço desse estudo está centrado na organização dos dados que permitam analisar a Educação de Jovens e Adultos enquanto política pública, bem como problematizar a formação dos profissionais envolvidos, com a finalidade de discutir a importância do trabalho docente em meio ao processo formativo pretendido pela política.

Diante das fontes e referências teóricas apresentadas ao longo do texto, metodologicamente, este artigo, de natureza qualitativa, partiu do estudo bibliográfico, da análise documental e de conteúdo e utilizou-se de experiências no campo educacional.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, material já publicado constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente qualificados disponíveis na internet. A opção pela análise documental, ainda que não suficiente para o alcance dos objetivos propostos, torna-se indispensável para a compreensão das informações factuais, para a descrição de acontecimentos e para a compreensão da base histórico-filosófica e estrutural do processo de formação continuada para professores de jovens e adultos por meio de políticas públicas, isto porque, de acordo com Popkewitz (1997, p. 30) “o passado intromete-se no presente como fronteiras dentro das quais ocorre a escolha e as possibilidades se tornam disponíveis”. Já, de acordo com as próprias palavras de Bardin (1988, p. 44), “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”. Ou seja, “por trás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar.” (BARDIN, 1988. p.14).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da conjuntura social brasileira, possibilita compreender o distanciamento histórico entre o proclamado e o real em termos de legislação de políticas públicas. A Constituição de 1934 já proclamava em seu art.150 “o dever do estado com o ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensivo inclusive aos adultos”.

Tal distanciamento pode ser também percebido nos acordos internacionais no campo das políticas sociais, os quais têm estabelecido metas que no decorrer do tempo não tem sido alcançadas em sua totalidade. As frágeis relações da sociedade civil com as estruturas de poder do Estado brasileiro, em seus diferentes níveis, revelam-se também nas discontinuidades dessas propostas. Assim, aponta-se que a questão da universalização do acesso a todos nunca foi resolvida, posto que há a necessidade urgente de construir e consolidar as políticas inclusivas de jovens e adultos.

O descaso percebido, em termos federais, com a educação de jovens e adultos, foi agravada no Brasil, e percebida sobretudo, no início dos anos 90. Destarte, é fundamental que o poder estatal continue avançando por meio de ações que permitam a ampliação da esfera pública, sem levar ao descomprometimento governamental com esses sujeitos, que historicamente foram invisibilizados nas relações sociais.

Diante desse quadro percebe-se que a questão que se refere ao acesso de jovens e adultos à escolarização não é uma temática recente, nem no Brasil nem no mundo, entretanto, o debate acerca desses sujeitos invisibilizados é atual e necessário.

No Brasil, a denúncia de descaso para com a EJA tem sido objeto de investigação e debates entre educadores e estudiosos interessados no campo. As realidades analisadas concernente à temática ainda permanecem suscitando inquietações pertinentes, a saber: Qual sentido da Educação de Jovens e Adultos no Brasil? O conhecimento por parte de gestores e educadores a respeito de sua importância tem sido ampliado? Há clareza sobre seu significado na atual tessitura social brasileira? O diálogo sobre essas questões é o que tem pautado os marcos legais da EJA. Deste modo, analisá-la enquanto política pública, exige a compreensão de que

a política educacional definida como policy – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na politics – política no sentido da dominação – e portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto. (AZEVEDO, 2001, p. 2).

As políticas públicas podem ser compreendidas como “o Estado em ação” (Azevedo, 1997), e sua materialidade e implementação na educação compreendidas como integrantes de uma totalidade maior, ou seja, do projeto de sociedade na qual ela está inserida. Entretanto, essa se configura como uma perspectiva um tanto limitada, posto que existem outros atores

sociais envolvidos no processo de formulação das políticas públicas. Sobre essa visão limitada Santos (2015), esclarece que

Essa visão bastante limitada sobre a formulação da política pública, implica reconhecer apenas a burocracia estatal como protagonista de todo o processo de construção e execução. Ocorre que a Constituição de 1988 e outras leis infraconstitucionais que a sucederam atribuem a outros atores sociais uma participação significativa em toda elaboração e monitoramento dessas ações e atividades (SANTOS, 2015, p. 3).

A questão apresentada pelo autor, dá margem para a reflexão acerca de quem são esses atores? A esfera estatal seria o primeiro ator que se relacionaria diretamente com o segundo ator que são os fornecedores de insumos e serviços ao poder público, bem como com a sociedade civil que se configura como terceiro ator. Os papéis desses atores estão intimamente relacionados com os interesses que orientam cada um deles.

No campo da educação de jovens e adultos enquanto política, é preciso ter clareza que os atores envolvidos no processo de definição e implementação das ações estão permeados dos seus interesses, por esta razão a reflexão conjunta se faz necessária continuamente, a fim de que se compreenda tais interesses no intuito de que estes não se sobreponham sobre a necessidade demandada, neste caso a inclusão educacional.

A políticas que sustentam a educação de jovens e adultos está sustentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96, e outras tantas leis, resoluções e decretos que orientaram e/ou orientam os programas, os projetos e as ações que se relacionam com a temática.

Quanto aos marcos políticos, há que se evidenciar o espaço conquistado pela EJA na agenda dos governos, a partir da atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), no Ministério da Educação (MEC), que tem implementado as políticas de EJA.

A Educação de Jovens e Adultos passou a ocupar um lugar de destaque na agenda educacional com a criação da Secad, bem como aproximou-se de vários outros temas da diversidade, posto que é foco das ações da referida Secretaria. Como resultado dessa preocupação com a diversidade dos sujeitos da EJA, desdobraram-se ações conjuntas entre Secad, outras secretarias do MEC e outros órgãos do governo federal, as quais se

materializaram em programas como Proeja, Projovem, Pescando Letras, Educando para a Liberdade e Literatura para Todos, dentre outros.

Tais ações estavam inseridas em uma política pública que surgiu a partir da necessidade de aproximar atores sociais, possibilitando condições reais de melhoria na qualidade de vida dos sujeitos atendidos. Portanto, a reflexão sobre a educação na diversidade tem orientado a EJA como pauta política na perspectiva do poder público estatal.

A Educação de Jovens e Adultos tem sua trajetória marcada desde 1949 com a 1ª Conferência Internacional de Educação de Adultos em Elsinone, Dinamarca, por movimentos globais que assinalam a importância das políticas públicas voltadas ao seguimento populacional dos adultos. Essa modalidade, segundo Moura (2004), perpassa várias concepções, retida neste momento por acordos que por força de lei, viu a continuidade de seus caminhos traçados pelas conferências de 1960 em Montreal, Canadá de 1972, em Tóquio e Japão, de 1985 em Paris e França, até julho de 1997 quando se realizou a 5ª Conferência Internacional da EJA em Hamburgo, Alemanha.

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos dificilmente é assumida com seriedade; ela se reduz quase sempre, a campanhas estabelecidas por governos que se preocupam mais com resultados estatísticos do que com a qualidade da educação que é oferecida aos adultos.

A Educação de Jovens e Adultos, em Maceió, a exemplo dos demais municípios alagoanos, até 1993, se encontrava basicamente sendo tratada igual às demais modalidades, era marcada pela falta de Projetos Políticos Pedagógicos voltados a essa modalidade nas Secretarias de Educação.

Os alunos da EJA quase sempre são excluídos das vantagens do sistema capitalista e buscam na escola a sua oportunidade de transformar suas vidas e o ingresso no mercado de trabalho ou de melhoria salarial. A alfabetização de adultos é feita, quase sempre, por pessoas despreparadas sem formação pedagógica ou muitas vezes por quem nunca teve um preparo específico para lidar com adultos.

O adulto, ao procurar uma sala de aula, faz isto com a finalidade de adquirir conhecimentos, e que a educação possa os auxiliar para enfrentar os desafios do cotidiano. Ao se falar em Educação de Jovens e Adultos deve-se dar ênfase aos subsídios embasadas em Paulo Freire, educador que contribuiu fortemente para esta modalidade, sendo ele um sujeito democrático, progressista, ético e crítico. Segundo Freire (1980), a educação se une à

libertação que os sujeitos têm em toda forma de opressão, pois os oprimidos, que a sociedade de classe apresenta, são esses que se sentem diminuídos a mera coisa. O homem precisa reconstruir-se para superar o estado de quase “coisa”. Para tanto, trazemos para o corpo deste trabalho, a seguinte consideração de Freire (1980, p. 34) nos afirmando que,

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante [...] na visão bancária da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada “saber”. (FREIRE, 1980, p. 34).

A educação exerce papel fundamental no processo de libertação, o professor “deposita o conteúdo” para os alunos que recebe o conhecimento e os armazena na mente, essa forma de educar, Freire avalia como “alienação da ignorância”, pois o aluno torna-se um sujeito passivo que não participa do processo educativo. Continuando, Freire nos mostra em sua obra pedagogia do Oprimido (1987, p. 30), que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e especificamente em Alagoas, nunca foi vista como prioridade. Foi percebido que o adulto analfabeto é quase em sua totalidade pessoas das classes menos favorecidas, dos subúrbios e trabalhadores analfabetos funcionais. Muitos destes indivíduos, nunca frequentaram uma escola, e quando crianças, tiveram que trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar, outros interromperam a sua trajetória escolar em razão de inúmeros motivos, e hoje apostam e acreditam na modalidade de Jovens e Adultos para a melhoria de vida e de salário.

A educação de jovens e adultos deste país necessita de mudanças. Os educadores e as políticas públicas precisam refletir mais quanto à qualidade de ensino na EJA, tendo em vista suas especificidades que necessitam de profissionais preparados e dedicados e que respeitem os saberes que os alunos trazem para a escola. O educador deve incentivar o aluno para a participação na vida social levando em conta as vivências e práticas dos alunos.

Faz-se necessário investigar o que de fato as políticas públicas e os educadores estão fazendo para a melhoria da educação nas turmas de EJA. Sabemos que o processo de alfabetização é visto como o domínio progressivo do sistema de linguagem escrita, que começa muito antes de o sujeito se escolarizar, mas é na escola que vai se dando a sua sistematização e consolidação enquanto instrumento de comunicação de memória.

Os alunos da EJA não se identificam com os métodos tradicionais e infantilizados, portanto se faz necessário utilizar os conhecimentos cotidianos e profissionais que esses alunos trazem de sua leitura de mundo, para dentro das disciplinas escolares, visto que eles podem não só ser alfabetizados, mas também ser letrados e participantes do processo de decisão coletiva em que a escola venha tomar.

São raros os alunos que atribuem às causas do abandono da escola as questões de ordem estrutural e conjuntural, ao poder público ou as questões pedagógicas, mas sabe-se que alguns dos motivos da grande evasão da EJA está relacionados a esses fatores. E ainda, acreditamos que isso pode ser atribuído a uma má gestão da capacidade participativa dos sujeitos da EJA nos espaços escolares.

Os alunos têm clareza das dificuldades que enfrentam da falta de estímulo para a continuidade dos estudos e da possibilidade de se tornarem analfabetos funcionais, se não utilizarem o que aprenderam. O ideal seria que o letramento ocorresse gerado por processos sociais mais amplos e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradicionais e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais, ou seja, que o indivíduo possa usar seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas.

As escolas precisam mudar seus currículos, associando-os a esses sujeitos da EJA, devem-se promover mudanças das diretrizes curriculares delimitando a realidade dos estudantes, de acordo com seus modos de vida, seus trabalhos e suas culturas. A maioria dos estudantes da EJA trabalha sem carteiras assinadas, são analfabetos funcionais que vivem de “trabalho de bico”, e que buscam nas aulas conhecimentos que os ajudem nos seus trabalhos diários.

As escolas necessitam trabalhar de forma que propicie aos alunos os conhecimentos críticos, até porque os alunos dessa modalidade são sujeitos “ingênuos” do ponto de vista crítico, pois, não percebem que a educação que é transmitida para eles, é de forma opressora, como nos remonta Paulo Freire (1987), em sua obra: “*Pedagogia do oprimido*”, esse tipo de educação apenas servirá para serem meros servidores de serviços para a sociedade, portanto a mudança deve ocorrer tanto nos educadores quanto nos alunos, pois, os educadores devem modificar suas formas de educar os sujeitos da EJA, eles devem ter formações que estabeleçam melhorias para essa modalidade e compreendam que estão trabalhando com sujeitos heterogêneos, de diversos perfis e trajetórias de vida individuais. Como também,

podem contribuir para a coletividade nos espaços escolares, pois são adultos cheios de desejos e que podem contribuir com sua aprendizagem e garantir o sucesso escolar.

Os alunos da EJA devem buscar os direitos dentro da educação, não aceitando a forma de como são ministradas, as aulas, verticalizadas na educação para eles, buscando ser não só alfabetizados, mas principalmente letrados e que atuem na construção da participação madura, descentralizada e autônoma dentro do ambiente escolar, além de que, não aceitem qualquer educação, e sim uma educação libertadora, na qual eles terão liberdade de formular e expressar seus pensamentos críticos perante a sociedade.

A EJA em Alagoas é caracterizada pelo Estado, segundo dados obtidos na SEE/AL (Secretaria Estadual da Educação de Alagoas), como “superação de campanhas emergenciais e compensatórias”, na qual ele se mostra diretamente responsável por esse avanço. O Estado busca assumir esse segmento para a população, por meio de medidas de uma Gestão Democrática administrativa, incluindo nela “políticas transformadoras”, como a compreensão ao diferente e atendendo com o que cada sujeito dessa modalidade pode contribuir pra si e para o processo educativo do estado.

Segundo dados da SEE/AL (Secretaria Estadual da Educação de Alagoas), o Estado garante a permanência desses jovens e adultos até a conclusão do Ensino Médio, por meio de políticas de educação, tentando proporcionar a esses alunos, o direito que lhes rege, como consta na Constituição Federal de 1988.

A Educação de Jovens e Adultos no Estado de Alagoas, segundo os dados coletados no site da SEE, esteve sempre ligada a campanhas governamentais de nível nacional. Essa modalidade inicialmente tinha como objetivo fazer com que os jovens e adultos fora de faixa escolar aprendessem a ler e escrever pelo menos seus nomes.

O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi à campanha pioneira para essa educação, ocorrida em 1947, durante a ditadura militar. Em 1997, surgia o PAS (Programa de Alfabetização Solidária) para substituir o MOBRAL, com uma forma de educação solidária.

A justificativa dessas diversas campanhas relacionadas à EJA, é explicadas, segundo dados da SEE/AL, como uma marca da má qualidade do Ensino Fundamental na educação em Maceió/AL, que ocasiona para os jovens a não conclusão de seus estudos no período escolar adequado. Alagoas tem os piores índices estatísticos educacionais do País, e quase que

difícilmente, segundo os dados coletados, conseguirá dar boa qualidade na continuidade dessa modalidade, isso devido à falta de políticas públicas voltadas à EJA e a ausência de participações coletivas na construção de um espaço escolar democrático.

As instituições de ensino, públicas e particulares, têm se preocupado muito com a formação de seu corpo docente, posto que percebem que a boa qualidade do ensino depende muito da relação professor-aluno. O professor especialmente voltado para a EJA tem um desafio de enriquecer metodologias e intervenções pedagógicas, que incluam a realidade do aluno. Pelo fato desses alunos apresentarem uma escolaridade descontínua, a qual está quase sempre relacionada ao financeiro por terem que trabalhar na juventude para ajudar no sustento da casa, é preciso que se encontrem os melhores métodos educativos que os possibilitem a intervir e interagir junto com os professores e demais sujeitos.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2007, p.11).

Quando falamos de trabalho docente em específico nos reportamos ao professor da EJA, pelo fato deste trabalho está voltado a essa especialidade da Educação, muitas vezes esquecida e negligenciada partindo inclusive dos currículos preparatórios dos docentes que em sua maioria dispõem esses profissionais para a sala de aula da Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Porém, precisa-se compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem classe, raça, saber e linguagem dos seus alunos, caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, um modelo pronto e acabado em que se objetiva apenas ensinar a ler e escrever, de forma mecânica. Enfim, o que se pretende com a educação de jovens e adultos é dar oportunidade igual a todos.

Uma das compreensões que o professor e a sociedade têm que ter é que a EJA apresenta um campo de conhecimento específico e com necessidades especiais. Não dá, por exemplo, para comparar a alfabetização de um jovem-adulto com o de uma criança, tem que se levar em conta o prévio conhecimento dessa juventude. Há exemplos assustadores de métodos de alfabetização com adultos que resultam na grande demanda de evasão, mas esse

trabalho de observação serve para isso também, para entender o perfil desses alunos e compreender que eles precisam de assistências exclusivas.

O universo escolar é constituído de vários campos que permitem o seu funcionamento. Ensinar é o propósito final da Instituição, porém para que esta funcione a contento, se faz necessário que todos os seus departamentos “falem a mesma língua”, e os seus objetivos sejam bem demarcados. E por isso, ao apresentar este trabalho a uma escola pública de ensino da EJA, formadas principalmente por alunos trabalhadores, observamos o quanto à escola envolvida com a realidade do aluno e seu mundo do trabalho podem contribuir para a aprendizagem dos conteúdos de ensino, os quais não se resumem a saberes sistematizados, desarticulados e fragmentados, cuja preocupação pela transmissão de saberes e avaliação está voltada para a memorização desses conteúdos, esquecendo, portanto, que a escola da sociedade do conhecimento deve preparar o trabalhador para aprender a aprender buscar informações, ampliar conhecimentos e principalmente saber diversificar e generalizar competências.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, no entanto, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultas, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação (escolarização) de jovens e adultos. Não podemos nos esquecer das inúmeras outras histórias de vida que não são mostradas nos jornais, mas que mudaram para melhor graças a EJA. Embora haja, ainda, muito preconceito em relação à EJA é inegável o benefício que essa modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada.

É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA e conseqüente dos professores: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA, às escolas devem elaborar um Projeto Político Pedagógico adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos, os professores devem sempre atualizar seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos devem sentir orgulho da EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos. À sociedade cabe contribuir com a EJA não discriminando essa modalidade de ensino nem seus alunos e sim oportunizando para que seus saberes de vida sejam valorizados.

CONCLUSÕES

As discussões aqui tecidas tiveram como pressuposto a intenção de apontar os desafios postos historicamente para a EJA constituir-se como política pública de Estado, superando as ações pontuais de governos. O eixo dessa perspectiva situa-se de acordo com uma perspectiva de Estado ampliado, a partir da ação articulada entre a sociedade política e a sociedade civil, orientada por uma perspectiva política de EJA como respeito à diversidade e garantia do direito dos sujeitos à educação.

As ações voltadas para EJA revestem-se de uma certeza histórica quanto aos limites e possibilidades de essa modalidade constituir-se como política pública de Estado, na garantia do acesso da educação como direito de todos. Não basta o arcabouço legal, embora ele já exista; não bastam as condições efetivas de financiamento, é fundamental a permanente inquietação e mobilização dos sujeitos que demandam a EJA, pelos seus mais diversos motivos, por meio de debates contextualizados, pesquisas e análises das realidades. São essas ações que frtalecerão o campo e darão subsídio para que se implantem e implementem políticas efetivamente voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

No que diz respeito à realidade alagoana, esse é um debate que precisa ser cada vez mais fundamentado, acompanhado e pensado por aqueles que pesquisam e que se interessam pela educação, compreendendo que esta encontra-se intimamente relacionada ao desenvolvimento social, econômico, político e, sobretudo, humano dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados. 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Relator Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. Parecer 11/2000, CEB. Aprovado em 10.05.2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação** - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOURA. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**- 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

POPKEWITZ, Tomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica? poder e conhecimento em educação**. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (UNESCO). Hamburgo: Ministério da Educação, 1997.

SANTOS, Agnaldo dos. **Construção de políticas públicas – processos, atores e papéis**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2018.